

O CENÁRIO DE LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Bruna dos Santos Prata¹
Eulina Maria Leite Nogueira²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir sobre educação do campo no Brasil, pois através de estudos e pesquisa surgem reflexões críticas e questionamentos necessários que incidem em possíveis mudanças na realidade educacional, principalmente por movimentos sociais do campo que lutam para conquistar dignidade e políticas públicas para os povos do campo. Para isso, é necessário valorizar a diversidade e o contexto em que se encontram para uma construção de uma proposta de ensino significativo que parta do processo identitário humano e social com a perspectiva de superação do ensino tradicional, visto que a educação é essencial para viver em um país justo e democrático. Desse modo, este estudo pretende propor possíveis iniciativas para serem implementadas no espaço educacional do campo, envolvendo universidades, escolas e secretarias de educação, assim como profissionais que atuam na área, a fim de oferecer melhorias para a educação no meio rural. Percebe-se que os desafios da educação do campo não vêm de agora, mas desde o início da história e com o passar dos anos só vem se agravando, por isso é preciso o comprometimento de todos, pois infelizmente só conseguimos alcançar os direitos constitucionais que temos garantidos por lei no nosso país, por meio da pressão governamental, manifestações e lutas em busca de melhorias para os direitos básicos. Os autores que embasaram o estudo são Arroyo (2004), Caldart (2012), Gomes (2007), Souza e Meireles (2014), Silva (2017) dentre outros. Os resultados dessa pesquisa são de suma importância para os profissionais da área educacional e, principalmente para os que trabalham no campo, pois a sociedade está em cons-

1 Mestre pelo Programa de Pós graduação de Ensino de Ciências e Humanidades- PPGECH da Universidade Federal do Amazonas- UFAM/AM, brunaprata25@gmail.com

2 Doutora Eulina Maria Leite Nogueira – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas- UFAM/AM, eulinanog@hotmail.com

tantes mudanças, é necessário superar os desafios que emergem do campo para se ter uma educação digna e de qualidade.

Palavras-chave: Educação do campo, Políticas públicas, Movimentos sociais, Luta.

INTRODUÇÃO

A luta pela Educação do Campo continua sendo um grande desafio que requer resistência e um movimento social organizado que defenda os direitos que estão sendo negados ao povo do campo, pois lida com diversas situações e necessidades desses sujeitos que serão abordados nesta seção. Partindo dessa premissa, propomo-nos a compreender as práticas pedagógicas e o trabalho como princípio educativo em uma escola do campo de Parintins/AM e seus impactos no processo de construção do conhecimento.

Diante desta perspectiva, propomo-nos pesquisar sobre a Educação do Campo para conhecer a realidade no Brasil, onde há um grande desafio na maioria das vezes colocá-las em prática. Uma vez que os sujeitos do campo precisam reconhecer e valorizar o lugar onde vivem, que é um território rodeado pela natureza e animais, e por meio da agricultura, da pesca entre outras características da vida no campo, que eles podem resgatar a identidade histórica, assim como organizar-se de forma social e cultural.

Ao realizarmos a pesquisa sobre a Educação do Campo, adquirimos uma compreensão mais profunda da luta pela terra e pela educação, bem como das desigualdades sociais enfrentadas pelas pessoas que vivem, estudam e trabalham nas áreas dos campos. Além disso, identificamos outras necessidades e demandas que esses indivíduos expressam e que devem ser constantemente discutidas em diversos contextos.

A metodologia desta pesquisa está pautada num percurso metodológico qualitativo na qual a proposta não é mensurar dados, mas buscar a qualidade do trabalho pesquisado e além de utilizar a pesquisa bibliográfica que para Gil (2002 pg. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Na qual foi realizada o levantamento em livros, dissertações, teses, artigos científicos para compreender os estudos pesquisado por outros pesquisadores e produções existentes sobre esse estudo.

Esta pesquisa é o recorte do trabalho de dissertação de mestrado, na qual buscamos conhecer o cenário da educação do campo no Brasil até os dias atuais. E os resultados da pesquisa são fundamentais, pois nos fez compreender de maneira aprofundada sobre essa luta que vem sendo travada a décadas, para a melhoria dos direitos básicos.

CONTEXTO DE LUTA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Educação do Campo no Brasil foi e continua sendo um cenário de lutas, da qual os camponeses decidiram sair da condição de oprimidos, expressando as condições em que vivem, para que suas vozes pudessem ecoar e fossem reconhecidas a partir do coletivo para alcançar a melhoria da sua comunidade e serem os protagonistas do campo, uma vez que os conflitos e as dificuldades do processo histórico perdura, pois insistem em descaracterizar as particularidades do campo, sem levar em conta que nós vivemos em uma sociedade heterogênea.

Os movimentos sociais do campo buscam ir além do contexto educacional, pois existem diversos conjuntos de ações culturais, sociais que merecem ser respeitadas e valorizadas pela sociedade.

E para compreendermos esse contexto é necessário fazer um retorno do início da história, quando homens e mulheres aguerridos lutaram por essa causa, para que hoje nós estivéssemos debatendo e discutindo sobre essa importante questão que é educação do e no campo.

E quando falamos de Educação do Campo estamos falando dos trabalhadores do campo, como os camponeses, entre eles os quilombolas, os indígenas, ribeirinhos e outros sujeitos que são vinculados à vida e ao trabalho do campo.

A transição da Educação Rural para a Educação do Campo acontece por meio das discussões de movimentos sociais que impulsionaram para que houvesse uma outra educação voltada para os povos do campo, buscando respeitar as peculiaridades da vida de homens e mulheres que moram, trabalham no campo.

A partir disso, aos poucos a educação vai trilhando outros rumos, e em 1996 o setorial de educação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), conseguiu ampliar esse debate para buscar políticas públicas que garantissem o direito à educação do e no campo.

A concepção de educação rural era vista antes somente como uma educação que preparava mão de obra para o mercado de trabalho, sem direito à reflexão ou preocupação com o desenvolvimento dos sujeitos (CALDART, 2012).

Ou seja, a educação rural pensava somente em um espaço para produção, enquanto a Educação do Campo buscou conhecer esse pluralismo que existe na organização social, política, econômica na produção da vida no território do campo.

Segundo Fernandes (2006), “a educação rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital”. Então, a educação rural surge por meio dos interesses do capitalismo, na qual emerge somente o desenvolvimento do capital no campo, e não pensa na qualidade de vida das pessoas, pois foi criada com essa finalidade de transmitir somente instruções mínimas.

A educação rural no Brasil não levava em consideração os conhecimentos, onde o camponês vendia sua produção e força de trabalho. Ribeiro (2012), diz que para contrapor a educação rural surge a Educação do Campo, a qual é criada por meio dos movimentos camponeses e populares, que buscavam e continuam a lutar por uma educação escolar que se articule com o trabalho produtivo, firmado no princípio da solidariedade, cooperação das pessoas que vivem no campo.

Segundo Ribeiro (2012), a educação rural estava voltada para as pessoas que trabalhavam na agricultura, vivem e moram na área rural, no entanto a população agrícola ainda não é valorizada e tem na agricultura sua principal fonte de renda e sustento. Infelizmente ainda existe a educação rural, onde muitas pessoas ainda são desconhecedores dos seus direitos.

Caldart (2012) ressalta que não houve somente uma mudança de nomenclatura, mas uma oposição sobre a trajetória dos sujeitos que começam a perceber que são sujeitos de direitos sociais e humanos, principalmente com o apoio dos movimentos sociais (MST), os trabalhadores do campo começam a ter outro olhar. Nesse sentido, Souza e Meireles (2014, p. 72), ressaltam sobre a conjuntura contra hegemônica. Considerando que,

As escolas rurais, de modo geral, desde o seu surgimento, centram-se num modelo de educação com princípios e políticas voltadas para a educação urbana. Trata-se, pois, de uma lógica urbana transferida para a escola rural, atentando para uma perspectiva que desconsidera o contexto rural e a cultura local. Nesse sentido, a educação rural, foi e ainda hoje, é marcada por uma visão urbano-centrada que desvaloriza, desqualifica e por vezes negligencia as especificidades e singularidades do espaço rural. Trata-se de uma educação, vista preponderantemente pelos diversos governos brasileiros como simplesmente um prolongamento/transferência da escolarização urbana [...].

Esse modelo de educação que desrespeita e não valoriza os sujeitos do campo precisa ser superado. Nesse sentido, a contextualização dos aspectos políticos e sociais na Educação do Campo se deu por meio dos movimentos sociais e precisamos compreender como surgiu e como foi seu marco histórico, pois a educação rural foi marcada pela mão de obra escrava e com o avanço da industrialização, o êxodo rural aconteceu e continua nos dias de hoje.

Onde a migração das pessoas da área rural para a cidade trouxe diversas consequências como: o aumento do desemprego, moradias informais, desestrutura e poluição urbana, falta de saneamento entre outros. Isso poderia ser revertido se houvesse a efetivação de políticas públicas no campo.

Atualmente a industrialização do agronegócio se encontra presente, a qual visa a modernização do campo, embora seja um setor importante para a economia do país, somente uma parte da sociedade como os empresários entre outros da alta sociedade têm o acesso e facilidade para desenvolver essas atividades agrícolas modernizadas. E esse ponto ainda é um empecilho para os sujeitos do campo, em especial os agricultores que continuam a luta pela reforma agrária³ e direitos básicos que ainda são negados.

Caldart (2012), evidencia que há décadas os sujeitos do campo vêm sendo explorados e frente a esse processo histórico os sujeitos do campo se organizam em movimentos sociais, formam lideranças do campo e se mobilizam para reivindicar seus direitos à terra e à Educação do Campo e no campo.

A autora é enfática ao afirmar sobre a importância do processo de luta dos sujeitos por igualdade e justiça social contra os latifúndios, e o quanto é necessário esse fortalecimento e superação de desigualdades sociais.

[...] Para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo (FERNANDES, 2006. p. 28).

Na contramão da concepção de educação rural, os movimentos sociais se articularam para lutar contra o contexto de subordinação executada pela classe dominante que perdurou por muito tempo, e que busca autonomia para criar e recriar o processo educacional para as realidades dos sujeitos e essa luta

3 Reforma Agrária: Reorganização mais justa da terra

de resistência dos movimentos sociais perduram para atender a demandas dos sujeitos do campo.

Podemos perceber que a educação rural se destina à participação das pessoas, já a educação do campo é organizada pelos movimentos sociais, lutando pelos seus direitos e a efetivação destes. É preciso continuar lutando para que seja cumprido esta lei que já existe amparando a Educação do Campo, respeitando a diversidade. Onde os estudantes e professores precisam ser a engrenagem desse processo educacional.

Uma reflexão feita relacionada à Educação do Campo é sobre manter e garantir as lutas sociais e culturais, pois essa modalidade parte da proposta de educação que seja construída pelos sujeitos do campo.

A partir da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998 onde essa modalidade começa a ter visibilidade, onde os movimentos civis e sociais começam a se organizar para defender uma educação que valorizasse a identidade dos sujeitos do campo, em substituição a educação rural. Por isso, é necessário o fortalecimento das organizações do campo para permanecer na luta dos camponeses por uma educação capaz de promover a transformação do sujeito do campo.

Caldart (2012), enfatiza que a Educação do Campo nasceu primeiramente como educação básica do campo na I Conferência Nacional por uma educação básica do campo que aconteceu em Luziânia, Goiás nos dias de 27 a 30 de julho de 1998.

A realização do II Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo, em novembro de 2002, realizado em Brasília, um evento significativo organizado pela Unesco, MST, Unicef, UnB, CNBB e outras instituições como órgãos públicos, universidades, secretarias municipais, estaduais e ONGs foi o ápice para ter um olhar voltado para essa modalidade de educação.

Desde então deu-se o nome Educação do Campo através dos debates e discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, onde foi ressaltada especialmente na II Conferência Nacional realizada em julho de 2004, por mais valorização e reconhecimento da educação no e do campo.

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e

de lutas contra- hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro (CALDART, 2012, p. 262).

Uma conquista em prol a Educação do Campo foi a aprovação do Parecer nº 36/2001 e da Resolução CNE/ CEB 1/2002, em abril de 2002, um Projeto voltado para as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394/96, um direito conquistado na câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual considera os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos do campo. Aqui trazemos o art. 28 da LDB, o qual estabelece:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/ MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

A aprovação das Diretrizes aponta esperança e perspectiva para a vida do campo, uma vez que é importante compreender que a educação no campo não está relacionada somente à escola que é um lugar de transformação e desenvolvimento humano, mas a tudo que está no campo, buscando respeitar a diversidade e especificidades regionais e locais.

O Decreto nº 7.352 de 2010 reconhece que os sujeitos do campo são os pescadores, agricultores familiares, os quilombolas extrativistas, os ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, os povos das florestas, os trabalhadores assalariados, os caboclos que são sujeitos de saberes, memórias, identidades culturais diversificadas, distintos modos de vida e raízes de pertencimento com direito e políticas públicas que precisam ser respeitados e valorizados.

Através das conferências, segundo Caldart (2004), foi possível ampliar ainda mais essa modalidade em diversos ambientes, pois traz a trajetória realizada atualmente sobre a Educação do Campo, caracterizados por marcos históricos que possibilitaram pensar e olhar as questões do campo com mais profundidade.

Aliás, como destaca Arroyo (2004), a Educação do Campo está esquecida, a maioria das escolas são improvisadas, precárias e de difícil acesso, os professores são mal remunerados e às vezes pouco qualificados para o exercício das práticas pedagógicas.

Os sujeitos do campo continuam socialmente marginalizados, mesmo essa luta sendo travada há décadas, ainda há a necessidade de superar esse cenário nacional como categoria social. Silva (2017) destaca que as desigualdades sociais ainda continuam devido o avanço industrial impulsionado cada vez mais pelo capitalismo⁴ e pelas políticas neoliberais⁵ que tem expulsado homens, mulheres, jovens e crianças do campo, ocasionando a marginalização e êxodo rural.

Diante dessa realidade, o movimento da Educação do Campo é uma importante organização que tem como uma de suas bandeiras de luta, investimento na educação, pois, atualmente, ainda é compreendida como gasto por alguns governantes.

Estudos realizados por Silva (2017), diz que o setor privado ver a educação como um serviço, a qual beneficia o setor econômico dominante, que mesmo investindo, há segundas intenções por detrás, pois de fato o que importa para este é que o campo continue um espaço de reprodução dos modos de produção, sendo que na maioria das vezes, a aplicação de investimentos públicos ocorre somente quando convém ao capital.

O movimento por uma educação do campo vincula a luta por uma educação como um conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo; [...] discutimos a educação vinculada aos processos sociais de formação dos sujeitos do campo porque aprendemos na prática que não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições

4 Capitalismo: é um sistema econômico que visa ao lucro e à acumulação das riquezas e está baseado na propriedade privada dos meios de produção.

5 Políticas Neoliberais: é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

atuais de sua desumanização; e também já compreendemos que é na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado (CALDART 2008, P.152).

Em outras palavras, é preciso discutir sobre as práticas e trazer as experiências da classe trabalhadora entre outros assuntos, em especial com os estudantes do campo de modo que estes compreendam a importância da luta da coletividade, Arroyo, Caldart e Molina (2004) defendem que a Educação do Campo tenha como foco principal os direitos básicos e seja pensada por todos.

Furlanetti (2007, p. 11) aponta as necessidades de uma Educação do Campo que valorize as experiências e culturas vivenciadas por meio das reflexões pedagógicas onde,

[...] deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estaremos tratando a população do campo como sujeitos de um projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidária, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo.

Sobre isso, a luta por uma Educação do Campo de qualidade socialmente referendada e pública, quer garantir que os sujeitos sejam educados no seu lugar de origem e considerem os as territorialidades dos povos do campo, se assim desejarem. É preciso dar as condições mínimas para ter uma vida digna e de qualidade no campo.

Se hoje em dia, as famílias mudam-se do campo para cidade é devido à falta de desenvolvimento social por políticas públicas e incentivo para os agricultores, pescadores, trabalhadores que vivem, moram e estudam no campo, onde possam orgulhar-se dos investimentos realizados na comunidade.

Para tanto, Arroyo (2004), chama atenção que ainda há estudantes que não têm acesso à educação, uma vez que está previsto em lei, que todos têm direito à educação independentemente do lugar onde se vivem, situação ou território.

Nessa perspectiva, Arroyo, Caldart e Molina (2004) argumentam a necessidade dos governantes garantirem o acesso à educação de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que vivem, moram e trabalham no campo.

A luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito à educação e uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a uma educação no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p. 25-26).

A luta coletiva de todos os sujeitos do campo, moradores e trabalhadores das comunidades rurais é importante para reivindicar as problemáticas e demandas do campo, pois o que não falta são denúncias e reclamações que revelam políticas afastadas do campo. Os governantes precisam assumir um compromisso com os sujeitos do campo, especialmente em relação a uma educação digna e de qualidade.

a realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo [...] (CALDART, 2012, p. 261).

Entende-se que é através da Educação do Campo que os sujeitos irão compreender o verdadeiro significado desse movimento de resistência, e, assim, se organizar e lutar pelos direitos necessários, por uma atenção maior do poder público e órgãos fiscalizadores, pois a exclusão e desigualdade em relação aos sujeitos do campo ainda existe, seja social, econômica e territorial ainda é grande na atualidade.

Segundo Caldart (2008, p.150) “a educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da identificação da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no campo.”

A Educação do Campo carrega em si uma longa história de mulheres e homens amazônidas com raízes históricas na constante luta por respeito, dignidades e igualdade, seja ele por índios, negros, ribeirinhos, principalmente pelos movimentos sociais que estão em constante luta.

Segundo Júnior e Mourão (2012), “no caso do Amazonas, o agravante é que a maioria dos municípios que abrigam as comunidades rurais se encontram tão distantes”, ou seja, por um desses motivos, advém diversas justificativas para o não monitoramento e fiscalização das políticas públicas.

Para Cunha (2009, p.3) enfatiza que “os povos do campo se caracterizam pelo seu jeito peculiar de se relacionar com a natureza”, por isso é necessário não somente ensinar os conteúdos escolares, mas adaptar as metodologias para as especificidades dos estudantes.

A desigualdade social continua grande no contexto amazônico, principalmente para quem mora no campo, seja pelos desafios geográficos como a distância, transporte e estruturas físicas que ainda é um grande empecilho desde muito tempo, no qual proporciona um nível de escolarização boa para os estudantes e moradores do campo.

No Estado do Amazonas residem mais de 4 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2010), onde há diferentes modos de vida: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, assentados e populações urbanas. É um estado heterogêneo, miscigenado, plural com relações ambientais e sociais com diversas manifestações culturais, tendo como principal via os rios, através dos quais as pessoas se deslocam de sua comunidade até a cidade, na maioria das vezes.

É necessário que os sujeitos do campo participem ativamente das discussões e decisões, que sejam de fato os protagonistas da sua trajetória, ou seja, as ideias e projetos precisam ser pensados coletivamente, estudantes, professores, comunitários, lideranças e instituições de educação precisam estar juntos nessa empreitada (HAGE, 2013).

Por isso, como defensores da Educação do Campo, precisamos pôr em prática os legados que Paulo Freire nos deixou, buscar articular os saberes da escola com a realidade dos estudantes, local que eles estão inseridos. Desse modo os sujeitos do campo precisam lutar por políticas públicas efetivas, educação digna que os valorizem como protagonistas do saber e respeitem como cidadãos de direitos que vivem e moram no campo.

Por meio do surgimento da Educação do Campo, lutou e reivindicou para que o mesmo dialogasse com a realidade do campo com a inconformidade da exclusão da terra, moradia, educação, cultura e vida, ou seja a Educação do Campo surge em meio a diversos conflitos, na qual busca romper com o processo de dominação e imposição relacionado aos sujeitos do campo (FERNANDES, 2006).

Percebe-se que a desigualdade é maior em regiões que apresentam os piores índices de analfabetismo, uma das causas para isso é o deslocamento do campo até a cidade e outras condições precárias, além das famílias acreditarem que as escolas da cidade oferecem melhor ensino. Infelizmente as políticas públicas educacionais são negadas à classe trabalhadora.

Para Paulo Freire (1979) ressalta que a educação é um instrumento de libertação do sujeito trabalhador, para pensar a respeito das suas vivências e para romper a exploração a que a maioria da classe trabalhadora são submetidos, aumento a miséria e desemprego.

Não podemos deixar de mencionar que o campo é um lugar de possibilidade, principalmente no nosso país, por outro lado é desvalorizado, principalmente em relação a ausência de políticas públicas, que poderia investir no trabalho agrícola para melhor produção de mercadorias, sendo que o MST surgiu com o propósito de lutar pela reforma agrária e pela Educação do Campo que deveria ser garantido pelo estado, entre elas: redistribuição de terra, modos de produção que geralmente estão nas mãos dos grandes empresários, relação de trabalho por influenciar na infraestrutura, formação dos professores principalmente os que não conhecem as especificidades do campo, transportes, espaços físicos inadequados entre outros fatores.

Segundo Caldart (2004), destaca que as escolas só terão o jeito do campo quando for pensada e construída de forma política e pedagógica pelos sujeitos que vivem, moram e trabalham no campo. Sabemos que há uma dicotomia entre campo-cidade e percebe-se a necessidade de adaptar o currículo para os sujeitos do campo.

A partir do momento que as atividades dos sujeitos do campo são valorizadas e embasado na realidade deles, o currículo de alguma forma acaba compreendendo o trabalho como um princípio educativo que auxilia nesse processo de formação. Logo o trabalho no campo caracteriza os sujeitos que vivem nesse espaço pelas suas especificidades.

A Educação do campo é uma discussão bastante significativa na sociedade e se torna ainda mais interessante a partir do momento que os principais protagonistas são os sujeitos do campo, como os agricultores, ribeirinhos, índios, quilombolas, extrativistas, indígenas, sindicais, estudantes, professores, universitários e associações entre outros que se consideram dessa realidade.

Quando os debates são promovidos em escolas, universidades, comunidades e outros espaços que promovem as reflexões sobre a Educação do Campo,

fica evidente que se precisa de uma pedagogia diferenciada que pode ser oferecida pelos professores que saibam ensinar no campo, por isso é importante que haja uma formação específica voltada para os mesmos atuarem no campo, conheçam e trabalhem a partir dela.

Pois quando os sujeitos são conhecedores e participam de movimentos sociais, a mesma pode dar possibilidade ao jovem permanecer ou não no campo, independente da sua escolha e a sua decisão precisa ser respeitada, é preciso no mínimo um suporte básico para alcançar suas metas e os seus objetivos.

Nesse contexto os professores têm uma grande responsabilidade e precisam ajudar os estudantes a construírem o senso crítico, assim como devem contribuir com sua comunidade e lutar pela causa, pois eles precisam ter a convicção que mudar é possível. Por isso, o papel dos professores é fundamental nessa discussão, principalmente quando os direitos básicos e políticas públicas estão envolvidos.

Por isso, as políticas públicas mais do que nunca precisam ser repensadas por meio de vários aspectos que envolve o meio social e precisa de fato ter articulação e compromisso para ser efetivado, ou seja, precisa garantir o direito básico dos cidadãos, uma educação digna e de qualidade, assim como na saúde, transporte, cultura e etc.

Portanto, por meio desta pesquisa apresentamos a compreensão de que a Educação do Campo vem contrapor o ensino tradicional e busca articular a particularidade dos sujeitos que vivem, moram e trabalham no campo. E por meio de políticas públicas, pesquisas e a parceria de instituições e movimentos sociais que lutam por melhorias no campo, buscam superar essa realidade e assim aperfeiçoar o ensino e aprendizagem das práticas e valores das comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa sobre a temática possibilitou possíveis reflexões sobre o cenário da Educação do campo no Brasil, levantou uma questão de luta que até os dias de hoje continua pelos povos do campo. Almeja uma educação com sonhos, esperanças e conquistas. A regulamentação e garantia das Leis, Diretrizes e Bases do Ensino são direitos conquistados com muito esforço e suor ao longo da história.

Esse percurso estabeleceu as diretrizes e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica do Campo. Essa luta ocorre porque a população

pode ter educação no lugar onde vive, e também tem o direito de ter uma educação construída com sua participação e vinculada a sua realidade. Desse modo, as Leis da educação brasileira trazem aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento adequado da educação no campo.

A Educação do Campo é marcada por acontecimentos históricos, onde os documentos da Educação do Campo apontam como direito educacional reconhecido pelo Ministério de Educação, pois representa a conquista de muitas lutas.

No entanto, conforme observamos nas comunidades do campo, não podemos deixar passar despercebido a falta de comprometimento do poder público, que deixa a desejar em muitos aspectos e não podemos normalizar uma exclusão social.

Um dos pontos que contribui para auxiliar e efetivar a Educação do Campo é debater sobre esses assuntos, pois não podemos deixar de observar e refletir sobre a realidade ao nosso redor. As pessoas do campo merecem viver com dignidade, com segurança, conforto, alimentação saudável entre outros direitos, pois antes de serem do campo, elas são pessoas com direitos humanos.

A estrutura física ainda é um dos grandes gargalos para a educação no campo, porém não estamos falando por ser feita de madeira, mas sim da condição em que se encontram, entre outros pontos como materiais, merenda escolar, transporte entre outras situações que precisam ser levadas em consideração.

Para acontecer a transformação é necessário que haja o comprometimento de todos, por isso é necessário a união entre escola e trabalho, onde a prática pedagógica precisa ser envolvida nesse processo, mas para isso precisa da participação do trabalho coletivo por um único propósito em defesa dos direitos básicos, para que possa diminuir a desigualdade que existe em relação aos povos do campo. E que a mesma possa contribuir para futuras pesquisas sobre o campo.

Portanto, a luta pela Educação do Campo é histórica e se estende até os dias de hoje, pois é necessário continuar lutando pelos direitos básicos como educação, saúde a qual requer o apoio de todos. Por isso os debates, discussões e lutas pelos movimentos sociais que resistem por uma por uma educação do campo digna e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **A educação básica e o movimento social do campo**. In, ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S. MILINA, Monica C (Orgs.). Por uma educação do campo. Petropolis-Rj: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nova LDB – Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli S; MOLINA, Monica Castagna (Org). **Por uma Educação do CAMPO**. Petrópolis: Vozes: 2004.

CALDART. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, C. A. Escrever todo nome. (Org.). Educação do campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008. p. 6786.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CUNHA, Célio da. **Magistério**: diretrizes de valorização e impasses. Cadernos de Educação: Diretrizes para a Carreira e Remuneração. Brasília, v. 14, n. 21, p. 145-154, out. 2009.

FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma caminhada**. In: A educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2006.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. **A pesquisa Qualitativa**: Transformando o Estágio em Educador popular no campo. V Jornada de Investigación em Educacion, 2007, Córdoba. Educacion y perspectivas: contribuciones Teóricas y Metodológicas em Debate, 2007.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Por uma Educação do Campo na Amazônia**: currículo e diversidade cultural em debate. 2013.

JÚNIOR VILHENA, Waldemar Moura; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Políticas públicas e os movimentos sociais por uma educação do campo**. In:

GHEDIN, Evandro (org.). Educação do Campo: epistemologias e práticas. São Paulo: Cortes, 2012. p. 169-192.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural**. In: CALDART, Roseli Salete et all (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Simone Souza. **Políticas de Formação Inicial de Professores do Campo em Parintins**: contextos e contradições. Manaus: UFAM-PPGE, 2017.

SOUZA, Elizeu Clementino, MEIRELES, Mariana Martins de. **A FORMA DA OUTRA BEIRA**: escolas rurais –entre invisibilidades, permanências e perspectivas. In: ANTUNES, Helenise Sangoi, FARIAS, Graziela. Franceschet. (Orgs). Desafios e perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2014. p. 69-85.